

Proc.: 24/2013

Pregão Eletrônico: 01/2013

Objeto: Aquisição de Policloreto de Alumínio para Tratamento de Água

Emissão: 20/02/2013

Limite de Acolhimento de Propostas: 05/03/2013 – 8h45min

Abertura: 05/03/2013 – 09h00min (horário de Brasília/DF)

Local: www.bb.com.br

Informações: Fone / Fax: (15) 3261-9600

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz torna público, para ciência dos interessados, que, por intermédio de sua Pregoeira e a Equipe de Apoio designadas pela Portaria nº 1.172 de 07 de janeiro de 2013, realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico via Internet**, visando a aquisição de Policloreto de Alumínio a ser utilizado no tratamento de água destinado ao consumo humano, pela Estação de Tratamento de Água.

A presente licitação, cujo tipo é de **Menor Preço Global**, será integralmente conduzida pela Pregoeira assessorada por sua Equipe de Apoio e encontra fundamento na Lei nº 10.520/02, sendo regida pelo Decreto 5.450/05, bem como consoante as condições estatuídas neste instrumento convocatório, constantes no processo indicado acima e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e aplicando-se, no que couberem, as disposições da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

I - DO OBJETO:

MATERIAL: Aquisição de até 190.000 (cento e noventa mil) quilos de Policloreto de Alumínio (PAC) em base líquida, para tratamento de água destinada ao consumo humano. Entrega parcelada conforme as necessidades do SAAE – Porto Feliz, vide Anexo I que integra este Edital. O produto deverá ter propriedade de coagulação, floculação, decantação, clarificação, observando-se as seguintes características físico-químicas

1.1 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

CARACTERÍSTICAS	
Formula Bruta	$Al_n(OH)_mCl_{3n-m}$
Teor de Al_2O_3	10,0-11,0%
Teor de Ferro	Máximo de 70 mg/L
Teor de Sólidos (g/L)	437-492 (g/L)
Basicidade	Mínimo de 60%
pH tal e qual a 25° C	2,0 – 2,9
Densidade a 25° C (g/cm^3)	1,25 – 1,31 (g/ml)
Cor	Âmbar Claro
Odor	Inodoro
Estabilidade do produto	A 50% e 25% em 24hs – Estável – Não Estável
Aspecto	Líquido Viscoso Limpido

1.2 - CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICA DA ÁGUA E RESULTADOS DESEJÁVEIS:

TURBIDEZ ÁGUA BRUTA (NTU)	pH ÁGUA BRUTA	QUANTIDADE DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO USADO A 5% (5ML DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO + 95ML DE ÁGUA DESTILADA)	pH FLOCULAÇÃO DO JAR-TEST	TURBIDEZ DA ÁGUA TRATADA (NTU)
10 NTU	7,1	0,5 ml/ litro (de água bruta)	7,0	0,40 NTU
50 NTU	7,0	0,7 ml/ litro (de água bruta)	6,8	0,80 NTU
100 NTU	6,9	0,8 ml/ litro (de água bruta)	6,7	1,00 NTU
150 NTU	6,9	0,9 ml/ litro (de água bruta)	6,7	1,10 NTU
200 NTU	6,8	1,0 ml/ litro (de água bruta)	6,6	1,20 NTU
300 NTU	6,8	1,1 ml/ litro (de água bruta)	6,5	1,30 NTU
400 NTU	6,8	1,2 ml/ litro (de água bruta)	6,4	1,50 NTU
500 NTU	6,7	1,3 ml/ litro (de água bruta)	6,3	1,70 NTU
600 NTU	6,7	1,4 ml/ litro (de água bruta)	6,2	1,80 NTU
700 NTU	6,7	1,5 ml/ litro (de água bruta)	6,1	1,90 NTU
800 NTU	6,7	1,6 ml/ litro (de água bruta)	6,0	2,20 NTU
900 NTU	6,7	1,7 ml/ litro (de água bruta)	5,9	2,40 NTU
1000 NTU	6,7	1,8 ml/ litro (de água bruta)	5,8	2,60 NTU

- 1.3 - FINALIDADE: Produto para tratamento de água destinada ao consumo humano.
- 1.4 - QUANTIDADE: Até 190.000 (cento e noventa mil) quilos.
- 1.5 - QUALIDADE: A cada entrega, deverá acompanhar Laudo de Análise do Produto, emitido pelo fabricante.
- 1.6 - RECEPIENTE: Produto Líquido a ser transferido para depósito próprio do SAAE de Porto Feliz.
- 1.7 - CARGA: Na entrega, deverá acompanhar comprovante do Peso da Carga.
- 1.8 - FORNECIMENTO: Parcelado (a granel), conforme as necessidades do SAAE de Porto Feliz e entregue no prazo de até 04 (quatro) dias após o pedido devidamente formalizado por parte da Autarquia.
- 1.9 - DA ENTREGA: O material deverá ser entregue, descarregado e armazenado na Estação de Tratamento de Água, junto a Seção de Recursos Materiais e Patrimônio do SAAE de Porto Feliz, sito a Rua Cardoso Pimentel, n.º 970, B.º Residencial Bepim, Porto Feliz, SP, conforme normas de segurança e outras determinadas por esta Autarquia.
- 1.10 - A Diretoria Técnica analisará sistematicamente os Registros de Controle da Estação de Tratamento de Água, a fim de verificar se o produto fornecido atende as exigências e especificações contidas no presente edital, bem como a finalidade precípua para o qual se destina, sendo que a não conformidade ensejará o cancelamento do fornecimento do produto.

II – DA ABERTURA

2.1 – A abertura do presente Pregão Eletrônico dirigida pela Pregoeira designada, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Data da abertura: **05/03/2013**

Horário: 09h00min (horário de Brasília/DF)

Local: www.bb.com.br

III - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1- Poderão apresentar-se à licitação empresas inscritas ou não no Cadastro de Fornecedores do SAAE de Porto Feliz, bem como aquelas que manifestarem interesse em participar do certame.

3.2 - A apresentação da proposta implica na plena aceitação de todas as cláusulas e condições do presente Edital, assim como seu integral atendimento.

3.3 - Deverão estar inclusas nas propostas parcelas de qualquer natureza (tributos, encargos sociais, despesas de transporte, segurança, EPs, carga, descarga, etc.) diretas e ou indiretas pertinentes à formação do preço e que, se vencedora, a licitante executá-lo-á pelo valor resultante da sua proposta.

3.4 - Não poderão participar desta licitação as empresas que se encontrem sob falência, concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com o SAAE de Porto Feliz, ou que tenham sido declaradas inidôneas e empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.

3.5 – A empresa vencedora ficará obrigada a emitir nota fiscal eletrônica, NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal Modelo 1 e 1A, exceto MEI, independentemente da atividade econômica exercida (conforme Protocolo ICMS 42/09).

IV– DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Os licitantes deverão estar devidamente credenciados junto ao provedor do Sistema (Agências do Banco do Brasil) para acesso à página eletrônica www.bb.com.br.

4.2 – A participação dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.3 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

4.4 - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.5 - O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

V – DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

5.1 - A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão da licitante ao sistema eletrônico acima indicado, mediante digitação de senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do referido sistema até o horário marcado para início da sessão pública.

5.2 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e seus lances.

5.3 - Como requisito para a participação no pregão eletrônico a licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.4 - Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema durante o pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada. (Decreto 5.450 – Art. 21 - § 4º)

5.6 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro (Decreto 5.450 – Art. 24 - § 4º).

VI – DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1 – A proposta comercial deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formulário específico, o qual deverá ser corretamente preenchido.

6.2 - O valor proposto englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste pregão.

6.3 – O valor estimado para aquisição é de R\$ 226.000,00 (duzentos e vinte e seis mil reais).

6.4 – As propostas apresentadas deverão ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias.

6.5 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

6.6 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

6.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao pregão eletrônico deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital. (Decreto 5.450/05 – Art. 19)

6.8 – Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica. (Decreto 5.450/05 - Art. 18)

VII – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A partir das 09h00min (horário de Brasília/DF), terá início a sessão de lances do Pregão Eletrônico, devendo as licitantes encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.bb.com.br), sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

7.3 - Durante o transcurso do pregão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação da detentora do lance.

7.4 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.5 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

7.6 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

VIII – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

8.1 - O julgamento obedecerá ao critério de **Menor Preço Global**.

8.2 - A Pregoeira anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances do pregão ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.3 – Havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte, com intervalos iguais ou inferiores a 5% (cinco por cento) da licitante originalmente melhor classificada no certame serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do Art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006.

8.4 – A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão conforme previsto no Art. 45, inciso III, § 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

8.5 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.6 - O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.bb.com.br.

IX – HABILITAÇÃO

Os documentos abaixo deverão ser encaminhados pela licitante detentora da melhor proposta ou menor lance e poderão ser apresentados em original ou em fotocópia autenticada, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de encerramento da sessão pública de lances do Pregão Eletrônico:

9.1 – Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim

o exigir.

9.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda;
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal – Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;
- d) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS)
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (artigo 29, V, da Lei 8.666/93)

9.2.1 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

9.2.2 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme artigo 43 § 1º e § 2º, da Lei nº 123/06 e artigo 3º do decreto 10.972/2007;

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação. (Artigo 43 § 1º. da Lei Complementar 123);
- b) Em não havendo regularização da documentação, no prazo previsto no sub-item 9.2.2 alínea a do presente edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação. (Artigo 43 § 2º. da Lei Complementar 123).

9.2.3 - A licitante detentora da melhor proposta ou menor lance deverá transmitir a documentação abaixo exigida, para o fax número (15) 3261 9609:

- a) Certificado de regularidade do FGTS;
- b) Certificado de regularidade junto ao INSS;
- c) Certificado de regularidade junto a Fazenda Federal;
- d) Certificado de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- e) Proposta de preço contendo o lance vencedor (menor lance), devidamente assinada pelo representante legal da empresa;
- f) Declaração afirmando ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso.

9.3 – Qualificação Técnica

A empresa licitante vencedora deverá apresentar:

- a) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando o fornecimento do material licitado, com detalhes de quantidades e especificações técnicas a ser apresentado como condição habilitatória pelo vencedor do certame;
- b) Declaração da empresa de que o produto atende aos parâmetros das tabelas constantes nos itens “1.1 - Das Especificações Técnicas” e “1.2. – Características Físico-Química da Água e Resultados Desejáveis”, do presente Edital, no ato da entrega do material.
- c) Laudo de Análise do Produto, emitido pelo fabricante, no ato da entrega do material.

9.4 - Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pela própria Pregoeira, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela

autoridade superior na hipótese de existência de recursos.

9.5 - Se a licitante classificada em primeiro lugar desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

X – DOS RECURSOS

10.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (Decreto 5.450 – Art. 18).

10.2 - Caberá à Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas (Decreto 5.450 – Art. 18 - § 1º).

10.3 - O interesse da licitante em interpor recurso deverá ser manifestado, através do sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da fase competitiva do pregão, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo que correrá a partir do término do prazo da(s) recorrentes(s).

10.4 – As razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail pregao@saaeportofeliz.sp.gov.br ou para o fax: (15) 3261-9609, sendo que o recebimento por estas vias será devidamente confirmado pela Comissão.

10.5 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira à vencedora.

10.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XI – DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

11.1 - Não havendo recursos, a Pregoeira adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora, com a posterior homologação do resultado pela autoridade superior. Havendo interposição de recurso e após o julgamento do mérito, a autoridade superior adjudicará e homologará o procedimento.

11.2 - Deixando a adjudicatária de atender as obrigações estabelecidas neste edital no prazo fixado, poderá a Pregoeira, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

XII – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento à licitante vencedora deverá ser efetuado através de crédito em conta corrente, até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal relativa ao fornecimento, devidamente atestada e visada pelo Órgão de Suprimentos do SAAE de Porto Feliz.

12.1.1 – A nota fiscal apresentada deverá estar em consonância com a legislação vigente.

12.2 - A licitante vencedora deverá indicar o Banco (Preferencialmente Banco Oficial), número da Conta Corrente e da Agência para pagamento.

12.3 - A autorização para o fornecimento ocorrerá à partir do momento em que a licitante vencedora receber a Nota de Empenho.

12.4 - O SAAE de Porto Feliz não tem nenhum compromisso com aquisição total do objeto licitado, mas somente a quantidade eventualmente necessária para os serviços da Autarquia.

XIII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

13.1- O objeto licitado deverá ser entregue de acordo com as quantidades e critérios estabelecidos neste edital,

descarregado e armazenado por conta e risco da licitante vencedora, na Estação de Tratamento de Água – SAAE, à Rua Cardoso Pimentel, 970, Bairro Bepim, Porto Feliz, SP, de 2ª a 6ª feira das 8 h às 11 h e das 13 h às 16 h, conforme necessidade desta Autarquia.

13.2 - O objeto desta licitação será recebido provisoriamente na forma prevista no artigo 73 da Lei 8.666/93. A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, as suas custas, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará na sua aceitação.

13.3 Na entrega, será efetuada coleta e análise de amostra do produto, feita na presença do entregador, sendo que, o mesmo deverá aguardar os resultados para posterior descarga ou rejeição da carga analisada;

13.4 - Se a amostra não atender aos parâmetros solicitados, o produto será devolvido na sua totalidade e a empresa terá o prazo máximo de 48 horas para providenciar a nova entrega, a qual também será submetida aos mesmos procedimentos acima descritos;

13.5 - A ocorrência de duas devoluções ou atraso de duas entregas, sucessivas ou não, ensejará o cancelamento unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas, inclusive os fatos e conseqüências ocorridos pela solução de continuidade a que a interrupção der causa.

13.6 – A vencedora do certame deverá apresentar, no ato da entrega de cada remessa, laudo laboratorial de amostra do carregamento, assinado pelo responsável técnico.

13.7 - Todas as ferramentas, equipamentos, inclusive EPI's, veículos ou qualquer outro tipo de objeto ou material necessário para entrega do material é de fornecimento da licitante vencedora.

13.8 – O prazo máximo, em dias corridos, para entrega do produto especificado é de 04 (quatro) dias contados à partir da data da emissão da respectiva “Confirmação de Pedido”.

13.9 – Não serão recebidos produtos com data de fabricação superior a 60 (sessenta) dias.

13.10 – Entende-se por entrega do material ou serviço, a efetiva aceitação do mesmo pelo SAAE de Porto Feliz.

13.11 – O SAAE de Porto Feliz poderá descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que a qualquer título lhe sejam devidas pelo fornecedor, por força do pedido de fornecimento oriundo deste pregão.

XIV - DAS PENALIDADES

14.1 - Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

a) advertência; b) multa; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos (artigo 87 da Lei 8.666/1993);

14.2 - A multa prevista na alínea “b” será de 10% sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total. Observar-se-á: quanto ao não adimplemento do restante da obrigação, incidirá multa de 10% (dez por cento) a ser aplicada de forma proporcional à parte inexecutada.

14.3 - O não cumprimento dos prazos de atendimento sujeitará o fornecedor à multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, percentual aplicado ao valor dos serviços em atraso, até os limites de 10% (dez por cento) do valor da parcela que se refere e 5% (cinco por cento) do valor global remanescente do fornecimento. Excedido qualquer um dos limites acima, o fornecimento será cancelado e o fornecedor excluído do Cadastro de Fornecedores do SAAE de Porto Feliz, sem prejuízo de eventuais sanções legais e sem renúncia, por parte da mesma, das providências judiciais cabíveis.

14.4 - O atraso de pagamento sujeitará a contratante à multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, percentual aplicado ao valor da fatura a que se refere até os limites de 10% (dez por cento).

XV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade 03 – Diretoria Técnica e Operacional, Categoria 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
Funcional: 17.512.0010.2.051 – Manutenção da Diretoria Técnica e Operacional, consignada no Orçamento
Programa do corrente Exercício, suplementadas se necessário, Fonte de recursos: Tesouro.

XVI – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à presente licitação.

16.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.3 - A Pregoeira, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.4 - Os empregados e prepostos da empresa licitante contratada, não terão qualquer vínculo empregatício com a contratante, correndo por conta exclusiva da contratada todas as obrigações decorrentes das legislações trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar na época própria.

XVII – ANEXOS

17.1 – Anexo I – Contrato de Fornecimento Parcelado.

Porto Feliz, 15 de fevereiro de 2013.

Adilson Steiner
Superintendente

APROVO O EDITAL

Luiz Henrique de Oliveira Diniz
Assessor Jurídico